

Dívida do governo subiu R\$ 9,5 bi em setembro

Juros altos e emissão de papéis fizeram débito federal em títulos crescer para R\$ 771,3 bilhões no mês passado

Martha Beck

• **BRASÍLIA.** A dívida mobiliária federal (em títulos públicos) voltou a subir em setembro e fechou o mês em R\$ 771,3 bilhões, o que representa aumento de R\$ 9,5 bilhões em relação a agosto. Os fatores responsáveis pelo resultado foram uma emissão líquida de papéis de R\$ 1 bilhão e os juros que corrigem o endividamento. O estoque só não cresceu mais porque a apreciação do real em relação ao dólar ajudou a compensar o aumento.

Segundo especialistas, com a elevação de meio ponto percentual na taxa básica de juros (Selic), anunciada ontem pelo Banco Central (BC), o impacto no débito da União em títulos é de cerca de R\$ 2,040 bilhões em 12 meses. O efeito é sobre os títulos corrigidos pela Taxa Selic, que hoje somam R\$ 408,1 bilhões ou 53% do total.

Mais títulos prefixados e menos exposição ao dólar

Em setembro, o Tesouro Nacional fez emissões de títulos de R\$ 19,2 bilhões e resgatou R\$ 18,2 bilhões. A maior parte das emissões — 42% — foi de papéis prefixados (LTNs). Esses títulos são mais vantajosos para o governo porque sua

correção é acertada no momento da emissão e isso dá maior previsibilidade sobre os resgates. A parcela da dívida composta por títulos prefixados subiu de 16,7% em agosto para 17,5% em setembro, ficando em R\$ 134,68 bilhões.

— A composição da dívida está caminhando na direção que o governo quer. Há um aumento da participação de prefixados e uma redução da exposição cambial — disse o coordenador de Operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Ronnie Tavares.

A dívida corrigida pelo câmbio registrou queda de 13,2% para 12,3% entre agosto e setembro. Este é o menor percentual da série histórica do Tesouro, que começou em 1999. A exposição cambial diminuiu R\$ 5,2 bilhões devido, principalmente, ao resgate líquido de R\$ 3,6 bilhões em títulos e swaps cambiais, além do efeito da apreciação do real em relação ao dólar.

O chefe-adjunto do Departamento de Operações de Mercado Aberto do BC, Ivan Gonçalves, informou que, até agora, o resgate líquido da dívida cambial feito pelo governo somou US\$ 27 bilhões. Somente em setembro, esse resgate foi de US\$ 2,7 bilhões.

Apesar de ter melhorado sua composição, a dívida piorou quando se observa seu prazo. A parcela do endividamento com vencimento de curto prazo — em até 12 meses — subiu de 44,5% em agosto para 46,7% em outubro.

Cresce parcela do débito que vence a curto prazo

O prazo médio de vencimento do estoque caiu de 29,3 meses para 28,6 meses na mesma comparação. Isso significa que o governo precisa ter sempre um grande volume de recursos em caixa para fazer resgates.

— O motivo do aumento da parcela de títulos com vencimento de curto prazo é que as emissões de prefixados são de prazo mais curto. O mercado tem tido forte demanda por papéis com vencimento em 2005, que têm maior liquidez — afirmou Tavares.

Ele informou, ainda, que o Tesouro Nacional emitiu em setembro R\$ 157 milhões em NTN-B (papel corrigido pelo IPCA) com vencimento em 2045. Este é o título mais longo já ofertado ao mercado pelo Tesouro e os seus principais compradores foram os fundos de pensão. ■

COLABOROU Enio Vieira

A espiral do endividamento

